

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 4.228, DE 29 DE MAIO DE 2017

Altera redação da Lei Municipal nº 2.202, de 24 de abril de 1996, que instituiu o Programa de Auxílio Alimentação.

JARBAS DA SILVA MARTINI, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra h, da Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Os Arts. 1º, 2º, 3º e 4º da Lei Municipal n.º 2.202, de 24 de abril de 1996, passam a ter as seguintes redações:

“Art. 1º O Programa de Auxílio-Alimentação é instituído para os servidores municipais ativos do Poder Executivo.

§ 1º O Auxílio-Alimentação será concedido na forma de Cartão-Alimentação para cada servidor e, no ano de 2017, o valor é de R\$ 310,07 (trezentos e dez reais e sete centavos), por mês;

§ 2º O reajuste do Cartão-Alimentação será realizado anualmente, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, na mesma data prevista para a revisão geral anual dos servidores públicos municipais, podendo, para tal, ser utilizado o índice oficial do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da concessão da revisão geral anual ou, a critério da Administração, percentual que melhor recomponha a perda aquisitiva do valor do Cartão no período.”

“Art. 2º Do servidor participante do Programa de Auxílio Alimentação será descontado de sua folha de pagamento, como ressarcimento, um valor mensal correspondente a 1% (um por cento), calculado sobre o vencimento básico do cargo, emprego ou função de que é titular, cabendo ao Município arcar com as despesas restantes do Programa.”

“Art. 3º O Auxílio-Alimentação não tem natureza remuneratória e não se incorpora a remuneração do servidor para quaisquer efeitos.”

“Art. 4º A participação no Programa independe da anuência expressa do servidor; todavia, aquele servidor que não desejar receber o Auxílio-Alimentação, deverá requerer, por escrito, à Secretaria Municipal de Administração, para que não haja desconto em folha de pagamento do percentual referido no art. 2º desta Lei.”

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º O pagamento das cestas básicas em atraso, totalizando 2.976 cestas, serão realizadas a partir do mês de junho de 2017, mensalmente, pelo período de doze meses, até a quitação integral do benefício devido.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Revogam-se as disposições das Leis Municipais n.º 3.588, de 13-05-2010; 3.730, de 16-03-11; 3.733, de 30-03-2011; 4.005, de 26 de dezembro de 2013 e 4.090, de 02 de março de 2015.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 29 de maio de 2017.


JARBAS DA SILVA MARTINI
Prefeito

PUBLICAÇÃO:

Período: 29-05-2017 a 13-06-2017

LOCAL: ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL

Rua Bento Gonçalves, 335 – Fone: (0xx) 55.3433-2730, Fax: (0xx) 55 3432-1100 - CNPJ 88.120.662-0001-46
CEP: 97650-000 – Itaqui – RS E-mail: gabinete@itaqui.rs.gov.br Site: www.itaqui.rs.gov.br